

### INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO

**Eloisa Paula de Oliveira<sup>1</sup>;**

Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná.

<http://lattes.cnpq.br/6194938642707806>

**Mario Filizzola Costa<sup>2</sup>;**

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná.

<http://lattes.cnpq.br/2311605956108267>

**Jefferson de Queiroz Crispim<sup>3</sup>;**

Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná.

<http://lattes.cnpq.br/4785905268690166>

**Adalberto Dias de Souza<sup>4</sup>;**

Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná.

<http://lattes.cnpq.br/7901127173295138>

**Marcos Junio Ferreira de Jesus<sup>5</sup>.**

Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná.

<http://lattes.cnpq.br/1546226857029733>

**RESUMO:** Encarando o agronegócio como um sistema, entende-se que existe uma relação recursiva com o ambiente com um constante intercâmbio de aspectos que levam à mudança tanto do sistema quanto do ambiente. A dinâmica do sistema é capaz de influenciar as políticas públicas, criando, modificando ou as extinguindo, ao passo que estas irão influenciar as estratégias adotadas. Esta pesquisa tem o foco na força exercida por políticas públicas de inovação no agronegócio dentro da perspectiva do institucionalismo. Desta forma, o objetivo geral deste estudo foi compreender o processo de institucionalização de políticas públicas de inovação para o agronegócio. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica (dados secundários) e documental (dados primários). Foi realizada a observação junto à Câmara do Agronegócio do Município de Campo Mourão

durante o ano de 2023 enquanto eram desenvolvidas atividades de criação de legislação para a área de inovação no agronegócio municipal. Destacam-se como resultado da pesquisa a participação da sociedade na criação da política pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inovação. Agronegócio. Políticas Públicas.

## INSTITUTIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES FOR INNOVATION IN AGRIBUSINESS

**ABSTRACT:** Considering agribusiness as a system, it is understood that there is a recursive relationship with the environment, with a constant exchange of aspects that lead to changes in both the system and the environment. The dynamics of the system are capable of influencing public policies, creating, modifying or extinguishing them, while these will influence the strategies adopted. This research focuses on the force exerted by public policies for innovation in agribusiness from the perspective of institutionalism. Thus, the general objective of this study was to understand the process of institutionalization of public policies for innovation in agribusiness. To this end, a qualitative, exploratory, bibliographic (secondary data) and documentary (primary data) research was carried out. Observation was carried out at the Agribusiness Chamber of the Municipality of Campo Mourão during the year 2023 while activities were being developed to create legislation for the area of innovation in municipal agribusiness. The research results highlight society's participation in the creation of public policy.

**KEYWORDS:** Innovation. Agribusiness. Public Policies.

## INTRODUÇÃO

Por volta da década de 1950 as terras brasileiras se encontravam em um processo de expansão que não se tornou mais viável a partir de 1980. A princípio, a expansão da fronteira agrícola era possível, após este período a agricultura se volta ao aumento da produtividade em detrimento da expansão das áreas rurais destinadas ao setor. O crédito rural, subsídios, pesquisa e extensão rural tiveram uma grande diminuição que só voltou ao debate público em 1990, com a abertura comercial brasileira e suas consequentes mudanças para o agronegócio (DENARDI, 2001; ALVES, 2006; WILKINSON, 2010; BATALHA e SILVA, 2011; SILVA, DIAS e DIAS, 2014; OLIVEIRA, 2018; ARAÚJO, 2020; OLIVEIRA e CADAN, 2020; SENAR, 2020).

É importante recordar que os subsídios anteriores, por exemplo da década de 1930 e 1940, envolviam a compra da produção pelo Governo, como no caso do café. Desta forma compreende-se o longo caminho percorrido até que a produção rural brasileira chegasse ao que hoje é chamado de agronegócio (DENARDI, 2001; ALVES, 2006; WILKINSON, 2010; BATALHA e SILVA, 2011; SILVA, DIAS e DIAS, 2014; OLIVEIRA, 2018; ARAÚJO, 2020;

OLIVEIRA e CADAN, 2020; SENAR, 2020).

A complexidade que envolveu a produção rural fez com que esta área pudesse ser compreendida de maneira sistêmica, que envolve desde a produção de insumos até o consumo pelo consumidor final, indo além da produção propriamente dita de cultivares e rebanhos. O agronegócio se tornou um conceito amplo e complexo atraindo o interesse para o estudo da área rural, deixando de ser visto apenas como um setor primário para se tornar um campo diversificado envolvendo diversas áreas do conhecimento e inúmeras práticas modernas e complexas (ARAÚJO, 2007; MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007; CALLADO e CALLADO, 2008; OLIVEIRA e CADAN, 2020).

As políticas públicas são parte das forças ambientais que irão influenciar as atividades no agronegócio. Para o SENAR (2020, pg 12), políticas públicas são um “Conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos, com a participação direta ou indireta de entidades públicas ou privadas, que pretendem assegurar algum direito específico de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.”

O que, neste caso, se refere aos agentes atuantes no Agronegócio. O maior agente na formação e execução das políticas públicas para o agro é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), conforme suas especificações no Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, Anexo I.

Neste contexto é relevante o argumento de Morgan (2006) de que o processo recursivo da relação entre organização e instituição é coevolutivo, o que pode ser exemplificado pelo objetivo do presente estudo.

## OBJETIVO

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender o processo de institucionalização de políticas públicas de inovação para o agronegócio no município de Campo Mourão – Paraná, considerando o processo de institucionalização como flexível e inacabado.

## METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu em 3 fases, se iniciando com uma pesquisa bibliográfica envolvendo os temas já citados. A segunda fase foi caracterizada por uma pesquisa documental a partir dos documentos criados no decorrer do processo e pesquisa de campo com observação do desenvolvimento do projeto de lei. Nesta fase também foram consideradas as mudanças na estrutura governamental do setor e a participação de atores sociais. A terceira fase da pesquisa envolveu a interpretação dos dados colhidos à luz da teoria para atender o objetivo geral.

Esta é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, que utilizou dados secundários para sua primeira fase e dados primários para a segunda fase. A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo de Bardin (2010) e a análise documental conforme procedimentos indicados por Cellard (2008).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica (1ª fase) foi realizada compreendendo os seguintes temas (DENARDI, 2001; ALVES, 2006; WILKINSON, 2010; BATALHA e SILVA, 2011; SILVA, DIAS e DIAS, 2014; OLIVEIRA, 2018; ARAÚJO, 2020; OLIVEIRA e CADAN, 2020; SENAR, 2020; ARAÚJO, 2007; MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007; CALLADO e CALLADO, 2008; SENAR, 2020; MAPA, 2020; MORGAN, 2006; LEACHMAN e McADAM, 2010):

- Expansão da fronteira agrícola brasileira, alterações na estrutura agrária, interferência governamental, crédito rural, pesquisa e extensão rural

- Complexidade e amplitude do agronegócio, visão sistêmica, multidisciplinaridade do campo.

- Políticas públicas do agronegócio

- Processo de institucionalização

- Forças endógenas e exógenas no processo de institucionalização

A pesquisa documental (2ª fase) foi realizada envolvendo a legislação municipal (Campo Mourão – PR) descrita a seguir:

- Lei nº 4.145, de 14 de agosto de 2020 – Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Município de Campo Mourão, cria o Conselho e o Fundo Municipal de Tecnologia e Inovação, e dá outras providências.

- Decreto nº 9.538, de 29 de abril de 2022 - Regulamenta a Lei Municipal nº 4.145, de 14 de agosto de 2020, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Município de Campo Mourão, cria o Conselho e o Fundo Municipal de Tecnologia e Inovação, e dá outras providências.

- Decreto nº 10.152, de 31 de março de 2023 – Institui a Política Municipal de Inovação Agropecuária com amparo na Lei nº 4.145, de 14 de agosto de 2020, e dá outras providências.

- Decreto nº 10.833, de 23 de fevereiro de 2024 - Aprova a Estratégia Municipal de Inovação Agropecuária, composta pela definição da Governança, pelo Diagnóstico Regional de Inovação e pelo Plano de Ação para 2024, formulada pelo CODECAM - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Campo Mourão, nos termos do artigo 8º do Decreto nº

10152/2023, e dá outras providências.

Também foram estudados os seguintes documentos:

- Relatório de atividades 2022-2023 – Câmara temática do agronegócio – CODECAM

- Plano de trabalho 2024-2025 – Câmara temática do agronegócio – CODECAM

- Protocolo de intenções – Protocolo de intenções que entre si celebram a união, por intermédio do MAPA por meio da SDI e Sistema Regional de Inovação Centro ocidental. 26 de janeiro de 2024.

- Revista Agrotech – números 2, 3 e 4.

Os resultados analisados (3ª fase) tiveram como base o trabalho desenvolvido pela Câmara do Agronegócio de Campo Mourão que culminou na criação do Sistema Regional de Inovação Agropecuária (SRI-CO), bem como da institucionalização da legislação de inovação no agronegócio já citada na descrição da segunda etapa da pesquisa. Participaram deste processo diferentes atores da sociedade: Câmara do Agronegócio, Codecam, Prefeitura Municipal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sindicato Rural de Campo Mourão, Coamo Agroindustrial Cooperativa, Unespar, UTFPR, Centro Universitário Integrado, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Fundação Educere, SEIDEC, IDR/PR, FAEP, COAFCAM, Casa Civil, Paraná Produtivo, FIEP, ADAPAR, UEM, Colégio Agrícola, I-Riede, Banco do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo foi possível compreender o início do processo de institucionalização da política pública de inovação para o agronegócio em Campo Mourão, com destaque para a importância da participação da comunidade civil organizada na construção da política pública.

As pesquisas bibliográfica e documental permitiram demonstrar a institucionalização como um processo dinâmico e inacabado, em que a formação da lei e necessidade social se relacionam de forma recursiva. A observação do processo em si reforça o papel estratégico da política pública em alinhar demandas apresentadas pelo setor da sociedade com práticas que visam avanços econômicos e sociais.

Espera-se que este estudo contribua com a disseminação da importância de políticas públicas inovadoras no agronegócio com a participação social. De outra forma reforça a necessidade da articulação entre atores e esferas da sociedade para criar um ambiente de fomento à inovação. Sugere-se que pesquisas futuras visem o impacto de médio e longo prazo da política implementada, comparem iniciativas semelhantes em outros contextos e em outras localidades.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu (Ed.). **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias:** coletânea de artigos revistos. Brasília: Embrapa, 2006.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócio.** 5 ed, 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2010.
- BATALHA, M. O. SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O (org.). **Gestão Agroindustrial.** 3 ed. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2011.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento sustentável. **Agroecol. e Desenv. Ru. Sustent.** Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001, p. 56-62.
- EDELMAN, L., LEACHMAN, G. & MCADAM, D.. On Law, Organizations, and Social Movements. **Annual Review of Law and Social Science**, 2010, 6, p. 653-685.
- OLIVEIRA, E. P. Processo de Institucionalização de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil. **Tese.** Programa de mestrado e doutorado em administração, Universidade Positivo, Curitiba, 2018.
- OLIVEIRA, E. P.; CADAN, A. G. Gestão do Agronegócio: estudo de caso de uma propriedade rural do município de Moreira Sales – PR. **Anais...** Congresso Internacional de Administração. ADM 2020. 19 a 21 de outubro. Ponta Grossa – PR, Brasil, 2020.
- OLIVEIRA, E. P.; TONET, R. S.; Formas de Estudo de Políticas Públicas. **Anais...** III Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional. ENDER, Campo Mourão, 2019.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – **Políticas Públicas para Desenvolvimento Rural.** SENAR GOIÁS, 2020.
- SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; SILVA, S. P. Relações e estratégias de (Des)envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **RESR.** Piracicaba-SP, vol. 52, n. 2, abr/jun 2014, p. 229-248.
- WILKINSON, J. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, p. 26-34, 2010.